

Gerardo Magela



Aprovadas novas regras para reajuste dos remédios

Medida votada ontem regulamenta o setor de medicamentos

O Plenário aprovou projeto que estabelece regras para o reajuste dos preços e cria a Câmara de Regulação do Setor de Medicamentos. Líderes governistas apontam benefícios para o consumidor.

Página 3

NEGOCIAÇÃO Projeto de conversão da medida provisória sobre remédios é debatido em Plenário por Aloizio Mercadante, José Agripino, Romero Jucá e Antonio Carlos Magalhães

Cultura quer manter os incentivos fiscais

Com apoio de diversos senadores, o secretário-executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, defendeu ontem a permanência dos incentivos fiscais à cultura. Ferreira criticou o fato de a proposta de reforma tributária tratar da mesma maneira a isenção fiscal concedida aos setores industrial e cultural.

Página 4



Jane de Araújo

CALENDÁRIO O presidente do Senado, José Sarney, preside a reunião com os líderes

Reforma da Previdência pode ser votada em 8 de outubro

Líderes partidários também definem com Sarney a realização de duas audiências na CCJ sobre a proposta

Páginas 5 e 6



CPI ouve empresários envolvidos no "propinoduto"

Os empresários do futebol Alexandre Martins e Reinaldo Pitta serão ouvidos pela CPI do Banestado no Rio de Janeiro, onde estão presos.

Página 6

Eduardo destaca apoio a idosos no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) elogiou uma série de iniciativas empreendidas em seu estado em prol dos idosos, destacando o programa da Secretaria de Trabalho e Ação Social, que editou a apostila "Envelhecer e Ser Feliz" e o "Manual de Organização e Funcionamento dos Grupos de Idosos", ambos de autoria de Aurora Della Giustina, assessora do governo estadual. O material, disse o senador, "é uma contribuição do estado do Tocantins ao desenvolvimento e ao fortalecimento cada vez maior de políticas em favor do idoso".

Eduardo registrou que a preocupação com o tema caracteriza o Tocantins a partir de sua fundação, e que o estado dispõe de legislação sobre o assunto desde 2002, quando foi criado o Conselho Estadual do Idoso. A partir daí, surgiram vários conselhos municipais para atender às demandas da terceira idade.

– O estado, os municípios e muitas organizações governamentais e não-governamentais dedicam-se à prestação de assistência social aos idosos nas diversas modalidades de atendimento – afirmou.

O senador lembrou a importância da Igreja Católica, principalmente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que dedicou a Campanha da Fraternidade deste ano à promoção do idoso.

Roosevelt Pinheiro



Eduardo Siqueira Campos elogia esforço do estado

Agenda



Princípio da administração pública em Plenário

Transcorre hoje, em Plenário, a primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55/99, que acrescenta a razoabilidade entre os princípios que regem a administração pública. Também consta da pauta a indicação de José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos para o cargo de diretor-geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). A sessão começa às 14h30.

Sarney recebe reitor da Universidade Federal do Maranhão

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 10h, José Américo da Costa Barroqueiro, reitor da Universidade Federal do Maranhão; às 10h30, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), acompanhado do presidente da União dos Vereadores do Brasil; às 11h, o representante da Unesco; e, às 18h, o deputado Antonio Carlos Biffi (PT-MS), com representantes da Confederação de Prefeitos.

Presidente do STJ discute reforma do Judiciário

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves – foto –, é o convidado da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) hoje, às 10h, para discutir a reforma do Judiciário. Na segunda etapa da reunião, a CCJ examina 42 proposições, incluindo o Projeto de Lei do Senado nº 148/03, que proíbe a comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em posto de gasolina.



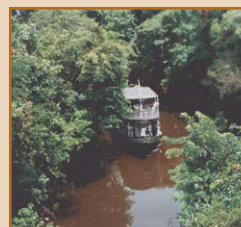
CAS promove audiência sobre humanização do parto

Para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 195/03, que concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, no âmbito do SUS, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública hoje, às 10h, com a presença de médicos, enfermeiros e representantes do Ministério da Saúde e da Rede para Humanização do Parto e do Nascimento.



2004 pode ser o ano de defesa da Amazônia

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 206/03, que institui 2004 como o Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira, será apreciado hoje pela Comissão de Educação, às 10h. A comissão examina ainda o PLS nº 212/03, que institui a data de 16 de novembro como o Dia Nacional dos Ostomizados e o requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) solicitando que seja convocado o ministro da Educação, Cristovam Buarque, para falar sobre o Provão.



CPI da Exploração Sexual

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes se reúne, em caráter reservado, a partir das 14h30. Na semana passada, a comissão, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), ouviu o garçom e suplente de vereador Valter Mafrá, que é acusado de aliciar menores para prostituição em Porto Ferreira (SP).

CFC poderá ouvir ministro

Presidida por Ney Suassuna (PMDB-PB), a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deve votar hoje, às 11h30, requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) solicitando que seja realizada audiência pública com o ministro da Saúde, Humberto Costa, para tratar de procedimentos administrativos no Instituto Nacional do Câncer (Inca), no Rio de Janeiro.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Santana pede a construção de casas populares

O senador Renildo Santana (PFL-SE) pediu a edificação de mais casas populares como forma de garantir a recuperação do setor de construção civil. Ele lembrou que há 7 milhões de famílias sem casa no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das quais 4,5 milhões têm renda mensal menor que três salários mínimos.



Setor reduziu 100 mil empregos, diz Renildo Santana

Lembrando que a meta do governo para este ano aponta a construção de 360 mil habitações, o senador calculou serem necessários quase 20 anos para acabar com o atual déficit de moradias.

O setor, disse Santana, representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB) e gerou, no ano passado, renda de R\$ 94 bilhões. Com a crise, desde 2001, assinalou, foram fechados 100 mil postos de trabalho.

Senadores cobram ajuda para Alagoas

Três integrantes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a bancada de Alagoas no Senado estiveram ontem com o ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, solicitando a adoção de ações emergenciais para minimizar os efeitos da seca que atinge o estado.

Participaram do encontro os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Heloísa Helena (PT-AL) e Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), representando o estado, e Lúcia Vânia (PSDB-GO), Augusto Botelho (PDT-RR) e Flávio Arns (PT-PR), que integram a CAS. Também estiveram presentes representantes dos Ministérios da Integração Nacional e da Defesa e a direção da Associação dos Municípios Alagoanos.

A bancada do estado de Alagoas expôs o drama da mais grave seca desde 1958 e obteve do ministro José Graziano a garantia de que não faltarão recursos para a situação emergencial do semi-árido alagoano.

Célio Azevedo

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Shimon Peres vai receber voto de louvor



Hélio Costa destaca proposta para Jerusalém

O Plenário aprovou ontem proposta do senador Hélio Costa (PMDB-MG) de encaminhar voto de louvor ao ex-primeiro ministro e ex-chanceler israelense Shimon Peres, do Partido Trabalhista, que propôs a internacionalização da parte antiga de Jerusalém, a fim de ajudar o processo de paz entre judeus e árabes.

Hélio Costa explicou que o debate sobre o novo status de Jerusalém ocorrerá apenas entre 2004 e 2005. Israel tomou posse integralmente da cidade e instalou ali a sua capital. Peres, ao contrário do primeiro-ministro Ariel Sharon, propôs em julho a divisão da parte moderna da cidade entre árabes e israelenses e a internacionalização da parte histórica, sob administração da ONU.

Virgílio vê falhas em programa



Arthur Virgílio teme futuro escândalo

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), apresentou estudo da Consultoria Legislativa do Senado que aponta deficiências no Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social (PIPS), criado pela Medida Provisória nº 122/2003 e objeto do Projeto de Lei de Conversão nº 22/2003, aprovado em 27 de agosto. Virgílio diz que a matéria tem vícios de constitucionalidade e oferece “combustível para um escândalo futuro”.

De “caráter ambíguo”, segundo o parecer, o PIPS trata do financiamento de núcleos habitacionais e serviços de infraestrutura. “O Congresso comeu mosca nesse episódio”, lamentou Virgílio, pedindo à Mesa que encaminhe o estudo, solicitado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), às lideranças partidárias.

Senado aprova regulamentação para o setor de medicamentos

■ Texto fixa normas para reajuste de preços e cria organismo destinado a promover a competitividade

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão nº 23/2003 à medida provisória que estabelece regras para o reajuste dos preços dos medicamentos e cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), responsável pela regulação econômica do mercado e pelo estímulo à oferta e à competitividade.

O texto, aprovado por 44 votos contra 12, e 7 abstenções, estabelece que o ajuste dos preços dos remédios previsto para março de 2004 será baseado no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aplicado sobre os preços de 31 de agosto de 2003. Para os anos seguintes, o ajuste será baseado em um modelo de teto de preços.

Um dos pontos positivos da medida indicados pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), é a fixação de um prazo de



LIMITES Com MP aprovada pelo Senado, indústria de medicamentos passa a ter regras para reajustar preços

90 dias para que a CMED determine o preço a ser cobrado por um medicamento. Passado esse prazo, o valor será o sugerido pelo fabricante. A medida, observou ele, afasta a possibilidade de que a CMED “engavete” o processo, causando prejuízos ao setor produtivo. Jucá disse ainda que o texto estipula critérios claros para nortear os reajustes dos remédios.

Conforme argumentos do relator da medida na Câmara dos Deputados, Eduardo Campos (PSB-PE), a intervenção estatal se justifica porque o setor de medicamentos trabalha com mercadorias essenciais à população. O deputado diz ainda que estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indica que os gastos com saúde são o quarto grupo mais

volumoso das despesas de consumo – os maiores são, pela ordem, habitação, alimentação e transporte. Além disso, são dispendiosos regressivos, ou seja, têm maior impacto sobre as famílias mais pobres.

“Os gastos com medicamentos dos 10% mais pobres da população representam, em média, quase um terço do rendimento das famílias”, afirma.

Situação realça garantias para consumidor

A medida provisória que regula o setor de medicamentos, aprovada ontem como projeto de lei de conversão, representa um importante mecanismo de proteção ao consumidor, afirmou o senador Tião Viana (PT-AC). Essa também foi a opinião da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), para quem há a necessidade de mecanismos rígidos para o setor.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), chamou atenção para a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no ajuste dos preços. Para ele, esse dispositivo deverá significar maior proteção ao consumidor. A indústria farmacêutica defendia a adoção do Índice de Preços no Atacado (IPA). O problema, disse o senador, é que esse índice é fortemente influenciado pelo dólar.

– O ideal seria um índice específico para o setor. A indústria



PROTEÇÃO Tião Viana afirma que medida terá reflexos favoráveis para a população

queria o IPA, o que significaria dolarizar o que é indevido. Nem todos os insumos são atrelados ao dólar – salientou.

Apesar de votar a favor da medida, seguindo a orientação de seu partido, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lamentou a pretensão do governo de fixar preços.

– Em 1997, éramos o quinto maior produtor de medicamentos do mundo e hoje somos o décimo segundo. Cada vez que regulamentamos achando que vamos melhorar, espantamos o capital – frisou.

Senadores criticam artigo estranho ao tema da MP

Um artigo fixando o dia 30 de junho de 2004 como data limite para o encontro de contas entre a Petrobras e a União causou intenso debate na discussão do projeto de lei de conversão à medida provisória que regula o mercado de medicamentos. O motivo foi a insatisfação de alguns senadores diante do fato de o texto conter dispositivo estranho à matéria. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que o expediente constitui ilegalidade, por contrariar as normas sobre elaboração de leis.

– Como nós, legisladores, admitimos que estamos votando uma ilegalidade? Eu me sinto um peixe fora d’água na política. Nós não juramos defender as leis e a Constituição? E se algo é ilegal, não vai receber meu voto – disse o líder do PDT.

O senador Almeida Lima (PDT-SE) também criticou a inclusão do dispositivo na medida provisória. Ele salientou que

a aprovação da medida pode ser revista pelo Judiciário, uma vez que não teriam sido observadas as regras do procedimento legislativo. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o ato do Executivo é um desrespeito ao Legislativo.

– Não encontramos nenhum sentido para a presença desse artigo. Essa estratégia não é compatível com a relação de respeito entre Executivo e Legislativo. Teremos que estar muito atentos ao votar medida originária do Executivo – assinalou Alvaro.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), explicou que não era necessária a edição de uma outra medida provisória apenas para tratar do encontro de contas entre a Petrobras e a União. Ele lembrou ainda que a inclusão de matérias de menor importância no corpo de medidas provisórias é prática do Executivo já há alguns anos.

REFORMAS

Audiência pública com representantes da área artística, na Comissão de Educação, conclui que projeto de reforma tributária em tramitação na Câmara pode inviabilizar patrocínios às atividades culturais

Cultura pede garantia de incentivos fiscais

Secretário-executivo do ministério diz que reforma tributária ameaça financiamento de atividades artísticas

O secretário-executivo do Ministério da Cultura (MinC), Juca Ferreira, pediu ontem, durante audiência pública na Comissão de Educação (CE), que os senadores modifiquem a proposta de reforma tributária nos aspectos que interferem no financiamento à cultura. Ele defendeu a continuidade dos atuais mecanismos de isenção fiscal concedidos às empresas que investem em projetos culturais, ao contrário do que define o texto da reforma, que prevê a manutenção dos incentivos por mais apenas três anos. Ferreira criticou o fato de o



RECURSOS Juca Ferreira (D) afirmou aos senadores que incentivos à cultura não geram prejuízos semelhantes às isenções fiscais

projeto do governo ter tratado da mesma maneira a isenção fiscal concedida ao setor industrial e ao setor cultural. No primeiro caso, observou, o mecanismo tem gerado a chamada guerra fiscal entre os estados. Já para a cultura, disse, o resulta-

do é um estímulo ao setor e à integração entre os estados.

Como informou, a isenção fiscal representou, até hoje, a destinação de R\$ 170 milhões para o setor cultural. “A evolução dos mecanismos constitucionais tem que considerar a

base de onde partimos, para ter realmente um avanço”, sugeriu o secretário-executivo, acrescentando que o ministério manteve entendimentos com a área econômica para mostrar essa distinção.

– A renúncia fiscal na área cultural não gera os impactos negativos que causa na área industrial. Defendemos, inclusive, a ampliação de sua aplicação para todos os estados do país, e não apenas a 16, como ocorre hoje – explicou Ferreira.

Boa parte das manifestações culturais populares é executada apenas por causa dos incentivos fiscais, disse o secretário. Ele sugeriu que o mecanismo de isenção seja complementar a outros adotados para montar uma política global de incentivo à cultura.

Catástrofe

O presidente do Fórum Nacional de Secretários de Cultu-

ra, Sívio Nucci, também considerou negativa a possibilidade de retirada das isenções fiscais hoje adotadas no setor cultural.

– Seria uma catástrofe se esse mecanismo fosse retirado, principalmente nos pequenos estados, pois sem ele não há como pressionar os governadores e prefeitos a investir em cultura – afirmou Nucci, para quem a manutenção do incentivo só depende de convencer o governo.

Na opinião da presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, Assunção Hernandes, o fim da isenção fiscal para o setor “provocaria empobrecimento da cultura do país”.

Assunção Hernandes disse também que os incentivos decorrentes da aplicação da Lei Rouanet não chegam às produções independentes e não democratizam a distribuição dos recursos.



Para Osmar, comissão deve apresentar emenda

A Comissão de Educação poderá apresentar uma emenda modificando a proposta de reforma tributária, para tornar permanentes os incentivos fiscais concedidos atualmente ao setor cultural – e não apenas estender a sua vigência por mais três anos, como está no texto encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional. A sugestão foi feita pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), presidente da CE, durante a audiência pública de ontem.

A idéia de Osmar Dias é que a modificação à proposta de reforma tributária que tramita na Câmara seja apresentada

como emenda da comissão, quando a matéria chegar ao Senado. Para ele, a recomendação está coerente com a posição que defende, de que a Casa não deve abdicar de seu direito constitucional de debater, amplamente, tanto a reforma tributária quanto a previdenciária.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) concordou com a sugestão de Osmar Dias e afirmou que talvez seja mais proveitoso que a comissão se antecipe à chegada da reforma ao Senado, negociando com a Câmara a modificação almejada. “Isso evitaria atrasos”, disse.

Senadores defendem manutenção dos subsídios para as atividades artísticas

Caso a reforma tributária seja aprovada com o texto atual, o governo estará “cometendo um crime” contra a cultura brasileira, alertou ontem o senador Leonel Pavan (PSDB-SC), durante a audiência pública. Ele defendeu a renúncia fiscal para a área cultural e a descentralização dos recursos, a fim de que os municípios possam receber subsídios oficiais para levar à frente os seus projetos.

O secretário-executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, observou que a reforma tributária chegou ao Congresso Nacional depois de ser pactuada com todos os governadores. Mas reconheceu que os subsídios devem ser mantidos “para o bem da cultura”. O senador Osmar Dias (PDT-PR) concordou com Ferreira, observando, entretanto, que o governo federal e os governadores “esqueceram de fazer o pacto com o Congresso Nacional”.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG), autor do requerimento para a realização da audiência pública, disse ser chegada a hora de os segmentos organizados, como o cultural, deixarem de criticar o governo



UNANIMIDADE Senadores acham importante descentralizar recursos e conseguir aprovar emenda que assegure incentivos fiscais

por não aplicar mais recursos em determinadas áreas. O parlamentar admite que os recursos são escassos, mas “o governo do presidente Lula é bem intencionado e está disposto a mexer nas coisas mais graves deste país”.

Já o senador João Capiberibe (PSB-AP) sugeriu que parte do imposto a ser cobrado sobre as grandes fortunas seja aplicada na cultura, nas três esferas de governo. Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que a ausência da renúncia fiscal tornaria praticamente inviável a cultura no país, principalmente a popular.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a manutenção das leis estaduais de incentivo à cultura e pregou o uso de dívidas ativas nos projetos culturais. Já o senador Flávio Arns (PT-PR) assinalou que é dever do Senado alterar a reforma tributária, no sentido de defender a cultura brasileira.

A presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, Assunção Hernandes, aplaudiu a realização da audiência pública e disse que a comunidade cultural quer uma nova lei de incentivo, que seja transparente, democratizada e regionalizada.

REFORMAS

Reunião de líderes partidários com o presidente do Senado, José Sarney, define calendário básico para tramitação da reforma previdenciária, incluindo duas audiências públicas na CCJ

Proposta da Previdência pode ser votada no Plenário em 8 de outubro



LEGITIMIDADE Para Alvaro, é normal que prefeitos defendam mudanças na proposta oficial

Alvaro apóia reivindicações de prefeitos

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou ontem a presença em Brasília de prefeitos do Paraná que reivindicam alterações na proposta de reforma tributária. Ao lado de prefeitos de outros estados, eles pretendem mudar vários pontos do texto e melhorar a situação dos municípios.

Ao pedir apoio às solicitações dos prefeitos, o senador disse que eles querem aprovar modificação em dispositivo da proposta de reforma que trata do Fundo de Participação dos Municípios, para ampliar a base de tributos que o compõem.

Os prefeitos pedem também a destinação de 22,5% da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para os municípios, acrescentou. Outros pleitos dos prefeitos, informou Alvaro, são a destinação de 25% da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para os municípios e a compensação dos estados pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não arrecadado nas exportações.

Alvaro afirmou que os governadores exerceram seu poder de pressão na tramitação da proposta na Câmara, conseguindo algumas mudanças, mas os prefeitos ficaram em segundo plano. É legítimo agora, ressaltou, que eles também reivindiquem mudanças.

A proposta de reforma da Previdência Social poderá ser votada em primeiro turno no Plenário no dia 8 de outubro. A data provável da votação ficou acertada em reunião de líderes partidários com o presidente do Senado, José Sarney, na manhã de ontem. Também se definiu a realização de audiências públicas sobre o tema na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Evidentemente esse calendário não é rígido; vai ficar sujeito aos acordos entre os diversos pontos de vista que existem na Casa – esclareceu Sarney.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que duas audiências públicas na CCJ serão suficientes e que a

previsão de votação em 8 de outubro será mantida, por conta do nível de consenso em torno do assunto já alcançado durante a tramitação na Câmara.

– A ampla maioria das emendas apresentadas no Senado repete os temas principais, o que nos dá uma agenda objetiva, já do conhecimento dos senadores. Por isso, acho que a tramitação vai cumprir o prazo previsto – afirmou.

Mercadante disse que confia na profundidade das negociações e concessões já realizadas pelo governo para a manutenção do texto. Ele admitiu a adoção de possíveis mudanças, “mas sempre dentro dos princípios e objetivos assumidos pelo governo federal, governa-

dores e interessados, negociados na Câmara, e sempre dentro da perspectiva de buscar um sistema sustentável mais justo e que crie mais igualdade entre os trabalhadores dos setores público e privado”.

Ainda de acordo com o líder do governo, a escolha do relator da reforma tributária não foi tratada na reunião e só deverá ser objeto de deliberação no Senado depois da aprovação da matéria pela Câmara. Mas o líder do PFL, José Agripino (RN), sustentou a tese de que é preciso fazer alternância, atribuindo a relatoria da reforma tributária à oposição, porque o relator da Previdência é da base do governo (senador Tião Viana, líder do PT). Para Merca-

dante, o argumento não tem precedentes na história parlamentar, pelo contrário: a tradição seria entregar a relatoria das matérias mais importantes para a base do governo, o que também é recomendado pelo Regimento Interno.

O líder do PDT, Jefferson Péres (AM), afirmou que o espírito da reunião foi de fazer a tramitação da reforma da Previdência no Senado “com pressa, mas sem açodamento”. Ele informou que a primeira audiência pública sobre o assunto poderá ser realizada ainda esta semana, e a segunda na semana que vem, e que as entidades a serem ouvidas serão indicadas pelas lideranças, “sem limitação de número”.

Ideli defende nova regra de transição

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu ontem a necessidade de uma regra de transição para contemplar servidores públicos que estejam a pouco tempo da aposentadoria. Segundo ela, não é justo que quem já esteja em final de carreira seja prejudicado com novas exigências para aposentadoria, como nova idade mínima e muito mais tempo de serviço público.

Ideli disse que há espaço para negociar com o governo regras de transição que suavizem a entrada em vigor das novas exigências, sem cometer injustiças com os que já têm muitos anos de contribuição. A senadora lembrou que muitos servidores já tiveram prejuízo com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que fixou regras mais rígidas para as aposentadorias.



JUSTIÇA Ideli Salvatti diz que servidor em fim de carreira não deve ser prejudicado

Para Ideli, a reforma previdenciária é essencial para acabar com privilégios iníquos, como é o caso de 147 pensionistas do Poder Judiciário de Santa Catarina que ganharam na Justiça isonomia com outra categoria e agora receberão, em conjunto, R\$ 3 milhões mensais a mais.

Esse valor, acrescentou ela, corresponde ao total das despesas do estado com o pagamento de R\$ 150 de abono a 20 mil professores em sala de aula. É para acabar com marajás como esses e não para perseguir funcionários públicos que a reforma foi proposta, salientou.

Paim: mudanças ameaçam funcionalismo dos estados

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou em Plenário ontem um documento mostrando que a imensa maioria dos estados brasileiros sofrerá desestruturação de seu funcionalismo se o texto da reforma da Previdência for mantido como aprovado na Câmara dos Deputados. O documento cita o Distrito Federal e 20 estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Paim apontou principalmente o subteto dos salários dos servidores das três esferas de poder como capaz de desencadear problemas nos estados.

– Por isso defendo uma negociação realista da proposta do governo – explicou.



ENTENDIMENTO Paulo Paim quer “negociação realista” da reforma para evitar problemas

O senador apresentou também documento da Confederação Nacional de Municípios que aponta falhas no texto da reforma tributária capazes de criar uma “verdadeira anarquia” nos municípios.

– A reforma tributária, como está, favorece os estados, mas prejudica os municípios. Por isso, haverá um ato público com mil prefeitos na rampa do Congresso nesta quarta – informou.

Mão Santa aponta falhas na reforma tributária

O senador Mão Santa (PMDB-PI) arrolou ontem “nove pontos errados e precipitados” da reforma tributária, que “não deveriam ser colocados goela abaixo” dos senadores.

Em primeiro lugar, ele condenou a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Finan-

ceira (CPMF). Também criticou a ausência de medida constitucional que compense os estados que deixarão de recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações.

Mão Santa discordou ainda da permissão para que municípios co-

brem por limpeza de vias, parques e prédios. Outros pontos criticados foram a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social na importação de bens e serviços; a progressividade do imposto sobre herança; a cobrança da iluminação pública; a progressivi-

dade do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis; a previsão de alíquota crescente na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de instituições financeiras; e a cobrança do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores de aeronaves e embarcações.



José Cruz

Waldemir Rodrigues

Roosevelt Pinheiro

REFORMAS

Oposição propõe criar regra de transição

PFL, PSDB e PDT, partidos de oposição ao governo, apresentaram ontem quatro emendas de consenso à reforma da Previdência. Uma delas cria um sistema de transição para quem entrou para o serviço público antes de 16 de dezembro de 1998, pela qual são beneficiados os funcionários próximos da aposentadoria mas, pela proposta aprovada pelos deputados, teriam de trabalhar cerca de mais sete anos.

A emenda usa como base o tempo que falta para o servidor completar 30 anos (mulher) ou 35 anos (homem) de serviço. Em todos os casos, o homem só poderá pedir aposentadoria se tiver 53 anos e a mulher, 48 anos (como a lei exige hoje). O percentual que faltar para o tempo de contribuição será usado na redução dos sete anos adicionais na idade (84 meses).

– Nossa emenda tenta corrigir uma das principais falhas da reforma proposta pelo governo, que não tem uma transição, mas um acréscimo de tempo

para todo mundo – disse o líder do PFL, senador José Agripino (RN).

As outras três emendas de consenso dos partidos de oposição são: aumento de 70 para 75 anos na idade para aposentadoria compulsória; constituição de três fundos complementares para os funcionários (um para o Legislativo, um para o Executivo e um para o Judiciário); e garantia de que os servidores que tomaram posse antes de 16 de dezembro de 1998 terão integralidade em suas aposentadorias, ou seja, eles receberão todos os aumentos concedidos aos ativos. O texto da Câmara remete o assunto a uma lei ordinária.

A Constituição exige 55 anos (mulher) e 60 anos (homem) como idade para aposentadoria, se o servidor tomou posse depois de 15 de dezembro de 98 (reforma previdenciária do governo Fernando Henrique Cardoso). Para esses, não vale a transição proposta pelos partidos de oposição.

Como funciona o esquema sugerido

Um homem com 52 anos de idade e 33 de serviço público está a apenas dois anos de completar os 35 exigidos – faltam, portanto, 5,71% nesse tempo de contribuição. Aplica-se em seguida este mesmo percentual aos sete anos (84 meses) adicionais de idade exigidos pela reforma que chegou da Câmara. Resultado: o servidor terá de trabalhar mais 4,8 meses (quatro meses e 24 dias) após os 35 anos de contribuição. Assim, poderá se aposentar com 54 anos, quatro meses e 24 dias. Caso prevaleça o texto aprovado pelos deputados, ele só se aposentará aos 60 anos de idade.



Sarney recebe convite para visitar a 11ª Feira do Milho

Ao lado do senador Paulo Paim (PT-RS), o presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a rainha e as princesas da 11ª Feira do Milho (Fenamilho) de Santo Ângelo (RS). Acompanhadas pelo prefeito José Lima Gonçalves e pelo presidente da feira, Heitor Gaspar do Nascimento, a rainha Carla Tomm e as princesas Pamela Dornelles e Fernanda Daltoe entregaram ao presidente do Senado um convite para que ele compareça ao evento.



VIAGENS CPI do Banestado constatou a necessidade de realizar diversas viagens para ouvir testemunhas

CPI vai ouvir empresários ligados ao “propinoduto”

Parlamentares deverão formar comissão para tomar depoimento de suspeitos presos no Rio de Janeiro

Os empresários Alexandre Martins e Reinaldo Pitta, cujas atividades na intermediação de jogadores para o exterior foram investigadas pela CPI do Futebol, serão ouvidos por uma comissão de parlamentares da CPI do Banestado no Rio de Janeiro, onde estão presos.

Eles são suspeitos de realizar transações financeiras internacionais através do chamado “propinoduto”, identificado por uma CPI da Assembleia Legislativa fluminense que investigou esquema de lavagem de dinheiro obtido por meio de pagamento de propinas a fiscais da Receita estadual.

Essa foi uma das decisões da comissão, que realizou ontem reunião para análise de diversos requerimentos. A CPI deci-

diu ouvir mais 13 pessoas, entre promotores e acusados de irregularidades, e quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico de 39 pessoas.

Para ouvir algumas das testemunhas, como João Arcanjo Ribeiro, conhecido como “Comendador” e tido como chefe do crime organizado em Mato Grosso, os membros da CPI terão que formar subcomissões para tomar os depoimentos. João Arcanjo, segundo a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), está preso no Uruguai e é suspeito de enviar até US\$ 1 bilhão irregularmente para o exterior. A CPI também terá que ir a São José do Rio Preto (SP), para ouvir o empresário Hilário Cetine Júnior, que denunciou desvio de dinheiro público em São Paulo.

De acordo com o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a comissão irá mapear as necessidades de criação de subcomissões para, a partir da disponibilidade dos parlamentares da comissão, definir um cronograma para a

tomada dos depoimentos.

Maluf e Pitta

Na reunião, a CPI também decidiu adiar, mais uma vez, a votação de requerimentos que pedem a convocação para depoimento e a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico dos ex-prefeitos de São Paulo Paulo Maluf e Celso Pitta. Serys sugeriu ainda a quebra do sigilo de mais seis parentes de Maluf, mas, de acordo com parecer do relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), a matéria deve ser sobrestada até que sejam apuradas outras informações.

O deputado Eduardo Valverde (PT-RO) reclamou da sugestão do relator, por acreditar que o adiamento pode levar à perda da oportunidade de identificar possíveis ilícitos. Já o deputado Robson Tuma (PFL-SP) disse ser favorável à convocação de Maluf, “por se tratar de uma figura pública e para não ficar parecendo que se está acobertando algo”, mas pediu parcimônia para que as quebras de sigilo sejam bem fundamentadas.

Tuma abre curso sobre pregão no ILB

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), abriu ontem, no Auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o curso de treinamento de pregão – modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços –, que contou com a presença do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e do diretor-executivo do ILB, Florian Madruga.

O curso será ministrado por Henrique Saponitti Miranda, professor de Direito Administrativo, Constitucional e Tributário e mestre em Direito Empresarial. Miranda também é autor de livros sobre Direito Administrativo e licitações.

O número de pessoas inscritas é de 70, divididas em duas turmas, e o conteúdo do curso constará de noções de licitação, procedimento do pregão e fundamentos de contra-



TREINAMENTO Madruga (E), Agaciel e Tuma no Auditório do ILB, antes do início das aulas

tos administrativos. As aulas serão realizadas de manhã e à tarde. A lei federal que instituiu o pregão no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios é a de nº 10.520/2002.

CAE aprova subsídio a moradia para policiais

Senado tentará cassar liminar contra indicação

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem as medidas que serão adotadas contra a liminar que impede a indicação do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Além de contestar o mérito da ação, os advogados do Senado vão apresentar recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, pedindo efeito suspensivo da liminar concedida pelo juiz Guilherme Jorge de Resende Brito, da 21ª Vara Federal.

Outra providência é a interposição de uma representação na corregedoria do tribunal contra o juiz. Na avaliação de Sarney, o magistrado cometeu abuso de autoridade. Uma quarta medida, já no âmbito do Legislativo, resultará na apresentação de projeto de lei alterando a Lei da Ação Popular, de forma que, em se tratando de atos praticados por parte do Congresso Nacional, a competência seja do Supremo Tribunal Federal.

As medidas anunciadas pela Mesa desagradaram a senadora Heloísa Helena (PT-AL), relatora do caso contra Luiz Otávio na Comissão de Ética e Sindicância. Para ela, a autonomia dos Poderes não confere ao Senado o direito de indicar “alguém que não cumpra os requisitos para determinado cargo”.



PROVIDÊNCIAS Ramez Tebet (D) quer cassar a liminar que suspendeu a indicação de Luiz Otávio (de pé) para ministro do TCU

Irritação na reunião

De manhã, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi marcada por protestos de diversos senadores contra a liminar. O presidente, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), defendeu a ação dos advogados do Senado e prometeu providências.

O que provocou maior irritação nos parlamentares foi a presença de três oficiais de Justiça na sala da CAE, antes da reunião, para citar alguns senadores. Tebet aconselhou as oficiais a procurarem os senadores em seus gabinetes.

Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu providência “séria e dura” do Senado ao que considerou uma intimidação contra os parlamentares.

– É um desrespeito ao direito do voto. Se houve erro, foi da

Justiça – protestou o senador Mão Santa (PMDB-PI), dizendo que assinou a citação depois de falar com Tebet.

Já o senador Almeida Lima (PDT-SE) disse que o juiz deveria ter conhecimento de que “deputados e senadores são invioláveis civil e penalmente” e que se trata de uma ação cível. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) chegou a sugerir que fosse feita uma representação contra o juiz.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) considerou a citação dos senadores uma precipitação do juiz. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comparou o caso ao que ocorreu na Assembleia Legislativa mineira, quando oficiais de Justiça tentaram citar deputados na porta do Plenário, em atendimento a uma ação popular.

José Cruz

■ Programa que prioriza corporação com menor salário será examinado em caráter terminativo na CAS

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na reunião de ontem o programa que cria subsídio habitacional para policiais civis e militares. O Projeto de Lei do Senado nº 220/2003, de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), foi modificado pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que incluiu, entre os beneficiários, os integrantes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Essa mudança foi elogiada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que considerou “pertinente” a inclusão desses policiais. O substitutivo também confere prioridade, na destinação dos recursos, às corporações cujos integrantes apresentem as menores remunerações médias. A matéria será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Funcionalismo

A CAE também aprovou parecer favorável ao projeto de resolução (PRS nº 38/2003) do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que permitirá a liberação de recursos para liquidar o pagamento do 13º salário do funcionalismo do Rio de Janeiro, referente ao exercício de 2002. O substitutivo apresentado pelo relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apenas fez uma



RELEVÂNCIA Renan Calheiros é autor do projeto que beneficia civis e militares

adequação legal ao projeto que autoriza a troca de ativos na conta que funcionou como garantia para viabilizar a privatização do Banerj.

Requerimento de urgência para votação imediata no Plenário, assinado pelo relator e pelo autor do projeto de resolução, também foi aprovado pela CAE. A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, que esteve na Subcomissão da Dívida Pública na última quarta-feira, explicou que esse projeto permitirá fechar a negociação com o Banco Itaú, comprador do Banerj.

Foi acolhido ainda pela comissão o pedido do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para retirar definitivamente requerimento de sua autoria que solicitava reunião conjunta com a CAS para realização de audiência pública com representantes do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Roosevelt Pinheiro

Augusto alerta para risco do lixo nas cidades

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) alertou para o grave problema do tratamento do lixo nas grandes cidades brasileiras, principalmente com o lixo hospitalar, o lixo radioativo e os materiais tóxicos e não-degradáveis. No mesmo discurso, o senador homenageou o Dia do Médico Veterinário, que transcorreu ontem.

Augusto apresentou números sobre a produção de lixo no Brasil. Segundo ele, em cidades com menos de 100 mil habitantes, produzem-se diariamente 400g por habitante; em cidades

com população entre 100 mil e 200 mil habitantes, a produção diária é de 500g por habitante; cidades com população entre 200 mil e 500 mil habitantes, 600g por habitante; e cidades com mais de 500 mil habitantes, 700g por habitante.

– Soluções paliativas são adotadas provocando riscos à saúde, como acontece nos “lixões”, e degradação do meio ambiente, inclusive vazamento em cursos d’água, mostrando a necessidade urgente de obedecer normas que definem a maneira adequada de disposição dos resíduos sólidos – disse o senador.

O senador Augusto Botelho afirmou que, segundo o IBGE, 59% das cidades brasileiras mantêm lixões; 13% têm ater-



GRAVIDADE Augusto informou que excesso de lixo ameaça saúde pública e meio ambiente

ros sanitários; 17% têm aterros controlados e apenas 3% têm aterros especiais; 2,8%, reciclagem; 4%, compostagem e 2%, incineração.

Roosevelt Pinheiro

Funai precisa mudar conceito, diz Mozarildo

Mesmo defendendo que a Fundação Nacional do Índio (Funai) deve ser presidida por um indígena, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) apresentou um voto de confiança ao antropólogo Mércio Pereira Gomes, empossado presidente da instituição na segunda-feira. Ele elogiou as primeiras declarações do novo dirigente da Funai, que fixou como um dos seus objetivos proporcionar autonomia econômica às comunidades indígenas.

– A política indigenista tem se preocupado exclusivamente



OBJETIVO Mozarildo acredita que Funai preocupa-se mais com as terras do que com os índios

com a demarcação de terras e não com os índios em si. A preocupação com o ser humano índio não tem existido ao longo da história – frisou.

Roosevelt Pinheiro

Tuma condena entrevista em que o PCC faz ameaças de seqüestro



Célio Azevedo

MILITÂNCIA João Capiberibe diz que morte do sem-terra pode ter motivação política

Capiberibe pede apuração de assassinato

O senador João Capiberibe (PSB-AP) protestou ontem contra o assassinato de um líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Luciano Alves da Silva, domingo passado, em Alagoas.

– Será que todo dia terei que subir à tribuna para protestar contra o assassinato de um trabalhador? O Brasil do século 21 não pode continuar a conviver com a barbárie que representa um crime encomendado como esse.

Segundo Capiberibe, Luciano era filiado ao PT e havia cinco anos militava no MST, sendo presidente do Núcleo 25 de Julho do Assentamento Dom Hélder Câmara, no distrito de Folha Miúda.

As primeiras investigações foram feitas pelo delegado regional de Arapiraca (AL), Cícero Dias, disse Capiberibe, exortando Congresso e imprensa a cobrarem resultados concretos da apuração policial, para que esse crime não caia no esquecimento, como tantos outros. Segundo o senador, a morte do sem-terra pode ter motivação política.

■ Senador adverte que quanto mais espaço têm os criminosos, “mais poder eles passam a desfrutar”

“Angustiado e revoltado.” Assim se manifestou ontem, na tribuna, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), ao lamentar que uma emissora de televisão (SBT, *Programa do Gugu*) tenha transmitido, no último domingo, entrevista com dois mascarados que se diziam integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC). Na ocasião, eles ameaçaram de seqüestro o padre Marcelo Rossi, o líder dos sem-terra José Rainha e os apresentadores José Luiz Datena (Bandeirantes) e Marcelo Rezende (da Rede TV!).

– Vejam o absurdo da situa-



Célio Azevedo

OUSADIA Para Romeu Tuma, os dois criminosos desafiaram pela televisão o poder constituído

ção. Dois mascarados são entrevistados com ameaças de seqüestro ao padre Marcelo e ao José Rainha só para mostrar que quem manda em São Paulo é o PCC, e não o governador Geraldo Alkmin. Eles disseram isso. Desafiaram o poder constituído.

Tuma acha que a entrevista não deveria ter sido apresentada, pois era exatamente isso o

que queriam os criminosos. Ele observou que, “quanto mais espaço eles têm, mais poder passam a desfrutar”.

O senador criticou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de quem se disse amigo, por ter declarado que, no caso das invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o governo está adotando uma “tolerância estratégica”.

– Não deu para entender. O MST continua invadindo propriedade privada e o ministro diz que o governo não age por uma “tolerância estratégica”. Também não consegui entender por que o ministro afirmou que o Brasil caminha para a liberação do uso de drogas – acrescentou Romeu Tuma. Em apertes, foi apoiado pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), José Jorge (PFL-PE) e Ney Suassuna (PMDB-PB).



Márcio Volume

APOIO Crianças e adolescentes com Nilmário Miranda, Patrícia Saboya e Benedita da Silva

Jovens participam de manifestação contra o trabalho infantil

Crianças e adolescentes trabalhadores domésticos vindos de Belém, Belo Horizonte, São Paulo e Foz do Iguaçu (PR) encontraram-se ontem com integrantes da Frente Parlamentar pelos Direitos da Infância e Adolescência, no Salão Negro. O objetivo foi discutir o problema do trabalho doméstico infantil para dar subsídios à elaboração de políticas públicas contra a exploração da mão-de-obra do menor.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), coordenadora da frente parlamentar, disse que a solução do problema exige participação da sociedade. Estiveram presentes também a ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, e o secretário especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda.

Senado e Supremo lançam publicação sobre dom Pedro I

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem, no Salão Nobre, do lançamento do livro *O Constitucionalismo de Dom Pedro I, no Brasil e em Portugal*, ao lado do ministro Maurício Corrêa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos presidentes da Câmara, deputado João Paulo Cunha, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves. A obra é uma co-edição do Senado e do STF.

Sarney enfatizou a valorização das instituições em toda a história política brasileira desde Pedro I e aproveitou para elogiar João Paulo Cunha.

– É nosso compromisso com esse país manter esta tradição através da contribuição que o Legislativo tem dado e continua a dar, como faz o presidente João Paulo, pela maneira como conduziu a votação das reformas na Câmara e o espírito público que tem marcado sua presidência.



Jorge de Araújo

IMPORTÂNCIA Entre João Paulo (E) e Maurício Corrêa, Sarney destaca valorização das instituições

Senadores lamentam morte de dom Risatti

O falecimento do bispo de Macapá, dom João Risatti, ocorrido na madrugada de ontem, foi lamentado, em Plenário, pelos senadores Papaléo Paes (PMDB-AP) e João Capiberibe (PSB-AP). Vítima de um enfarto fulminante, o religioso morreu na Itália, país onde nasceu.

– Entre as características mais marcantes da personalidade de dom João estavam a sua profunda dinâmica pastoral e a sua ampla visão na administração da diocese – afirmou Papaléo. Ele disse que o religioso morreu sem ver a conclusão da nova catedral de Macapá, idealizada por ele. João Capiberibe lembrou que dom João chegou ao Amazonas em 1972, trabalhando inicialmente em Parintins. Em 1988, o então sacerdote “recebeu a sagração episcopal” e cinco anos depois assumiu a Diocese de Macapá. Capiberibe ressaltou que o religioso era conhecido pela dedicação que dispensava ao bispado.

Azeredo presta homenagem a Murilo Macedo

Ao requerer que o Senado envie à família do ex-ministro do Trabalho Murilo Macedo, falecido em 26 de agosto, votos de profundo pesar, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que a trajetória de vida do ex-ministro inspira os caminhos do entendimento e da negociação para a prática da política e para o exercício do governo. Ele afirmou que Murilo Macedo conseguiu, durante a administração João Figueiredo, manter abertos os canais de diálogo do governo federal com as lideranças sindicais, que, a despeito disso, o consideravam mais um “ministro do capital do que do trabalho”. Ao mesmo tempo, ele inspirava desconfiança na linha radical das forças militares que governavam o país, acrescentou. Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) se associaram à homenagem prestada por Azeredo. O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou que Murilo Macedo era um cidadão exemplar.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma, Papaléo Paes e Mão Santa